

SAUSP.DOC

MAIO/JUNHO DE 2018.

Caros leitores do Boletim SAUSP.DOC

Esse significativo meio de comunicação bimestral do Arquivo Geral da USP, utilizado frequentemente para difundir e disseminar práticas e conhecimentos acumulados pelos seus funcionários e pesquisadores, tem procurado incluir, às suas edições mais recentes, artigos que expressem contextos e problemas atuais referentes à área da

Arquivologia e suas afins, que têm a ver com a preservação do patrimônio histórico e cultural do país e do mundo. Com esse fim, desde meados de 2017 o AG tem chamado também autores que trabalham efetiva e cotidianamente nessas áreas, e que só fazem atualizar, enriquecer e dinamizar a visão e a compreensão de nosso público leitor diante da realidade que nos é apresentada e com a qual temos de lidar de modo mais eficaz.

A invisibilidade dos arquivos nesta inquietante conjuntura

Elaborei esta crônica reflexiva para externar algumas inquietações sobre esse momento preocupante para a área dos arquivos.

Introdução

São inegáveis os avanços que a área dos arquivos conquistou no plano nacional e internacional nos últimos 40 anos e que nos fazem enxergar horizontes timidamente animadores. No entanto, aos novos paradigmas colocados pela era dos documentos digitais somam-se velhos dilemas e novos problemas, que parecem apontar para um retrocesso no âmbito da política de arquivos.

O momento está a exigir ações práticas conjuntas dos profissionais de arquivos e de outras instituições congêneres para além dos eventos de promoção e difusão.

Sombrias políticas...

“O que esperar de 2018? O cenário arquivístico brasileiro nunca esteve tão sombrio...”. Com esta manchete, a ARQ-SP¹ abriu o seu sítio eletrônico neste ano. Citando as “barganhas” políticas definidoras das direções de arquivos públicos, a ARQ-SP demonstra preocupação com o destino dessas instituições, além de alertar para “a recente extinção dos cargos de arquivista e técnico de/em arquivo na administração pública federal”, e

demissões em instituições de peso na área.

Os arquivos são instâncias que permeiam todo o tecido da administração pública, e as frequentes ondas reestruturantes que atingem as estruturas do Estado impactam diretamente os ambientes que atuam nos diversos ciclos da gestão de documentos, muito mais aqueles que, não obstante se configurarem em peças estratégicas, vivem a condição política da inexpressividade e invisibilidade, como é o caso dos arquivos.

Atualmente, a política desregulamentadora de direitos e de normas sócio-protetoras, acompanhadas de privatizações e enfraquecimento de certas políticas de Estado, impactam diretamente nossos ambientes profissionais e de produção e difusão de conhecimentos da área.

Somam-se a isso a aparente fragilidade do nosso Arquivo de referência nacional²; os indícios de paralisias ou até retrocessos em arquivos importantes no Brasil; vigorosos patrimônios arquitetônicos e documentais experimentando processos degenerativos preocupantes, como as sérias denúncias vindas de Santos/SP³; possibilidades de retrocesso na política geral de arquivos com o absurdo projeto de lei conhecido como “lei da queima de arquivos”; e mais

recentemente sussurros de ameaça a um dos poucos cursos de Arquivologia de universidade pública.

Após décadas de florescimento, estaríamos vivendo um momento de retrocesso, ou se trata apenas de um passageiro mal humor conjuntural na área dos arquivos?

...e as luzes nos tuneis microeletrônicos

O impacto da tecnologia digital na área dos arquivos incide sobre uma geração já angustiada ante a dura realidade na qual se enxerga a imprescindibilidade dos arquivos organizados convivendo justamente com sua invisibilidade, e com a falta de políticas públicas sérias e duradoras para a área no plano nacional.

A primeira resultante do uso da tecnologia digital nos arquivos se expressou na sanha de digitalização de originais em papel sem critérios seguros. Esse fenômeno gerou tanto soluções quanto problemas, principalmente nos arquivos dirigidos por profissionais sem respaldos arquivísticos sólidos, ou por aqueles dirigentes iludidos pela propaganda enganosa que prometia o fim do estorvo dos documentos. Quem desmontou suas políticas de preservação baseadas na replicação de documentos por meios magnéticos dos microfilmes e microfichas viu-se diante de dilema paralisante, sem saber onde investir - já que as decisões têm efeitos irreversíveis no médio e longo prazos. Percebeu-se que bits ocupam espaço, requerem custosa manutenção, e ainda não apresentam resposta para a preservação dos documentos digitais.

Novos e velhos problemas se somam

É no âmago desse impasse que os arquivos se deparam com o centro nervoso da questão digital: normatizar, desde sua invisibilidade periférica, a implantação de sistemas informatizados de gestão sistêmica, preservando-se os preceitos arquivísticos. Observe-se o tamanho do desafio: setores historicamente invisíveis, desprestigiados, cansados de apontar os inúmeros exemplos reais da falácia causada pela falta de política de arquivos e de gestão documental, precisam agora convencer os gestores de que as soluções tecnológicas para sistemas de gestão informatizados - sem requisitos arquivísticos - são efêmeras, e põem em risco real a integridade e a

preservação dos documentos.

Os arquivos existirão para sempre... e os seus crônicos problemas também

Há um ufanismo pueril (mas nada inocente) que navega em onda tecnocrática a vender a ideia de que a sociedade estaria à beira da felicidade por meio do uso intenso da tecnologia digital “dois ponto zero” e da sociedade paperless, como se o papel simbolizasse um tempo obscuro, de burocracia e velharias a serem apagadas do nosso futuro. Centrados mais no discurso do direito e do acesso à informação, pouco se ancoram no debate sobre a crucial questão da preservação digital, como se isso fosse problema de ordem secundária.

Por outro lado, os discursos de técnicos que transitam na interface da tecnologia da informação e da arquivística - para mim, bem mais fundamentados na realidade -, apontam as dificuldades quanto à garantia da preservação digital por largo prazo, e acenam com esquemas idealizados e postos em prática em algumas poucas partes do mundo, o que nos causa a sensação de que, no ano 2180 desta era, poderemos ter acesso a este documento original digital tal qual está sendo escrito por este autor.

Por isso, o discurso futurista desses técnicos vem acompanhado de lamentações preocupantes que acabam por endurecer o ceticismo daqueles já acostumados (mas não resignados) ao descaso social histórico e generalizado em relação aos documentos de arquivo.

Ou seja, após se desenharem os arcabouços tecnológicos e “procedimentais” em prol da preservação dos documentos eletrônicos, emergem as lamentações devido à falta de políticas de investimentos em arquivos e seus instrumentos de gestão, fazendo-nos lembrar, exatamente, dos velhos conhecidos problemas de nossa área. Não obstante os novos problemas, em especial a necessidade de recapacitação - principalmente na área de Tecnologia da Informação -, tenho a impressão de que, na “era digital” e da mal chamada “sociedade da informação”, a espinha dorsal dos problemas dos arquivos são os mesmos de outrora: a questão é cultural, mas também política. De qualquer forma, é crucial a aproximação, ou melhor, a interpenetração das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Arquivos.

Invisibilidade intrínseca e crônica dos arquivos

Arquivos são serviços de infraestrutura e de memória de atividades. Exercem, portanto, funções de bastidor, de pouca visibilidade, o que não se constitui problema. Mas há inegável fator de natureza histórico-social e cultural (macro) de uma república fundada no valor de um “progresso” permanentemente destruidor e construtor, que não mostra qualquer pudor com relação a valores tais como patrimônio e memória.

Outro traço está internalizado no cotidiano minimalista dos ambientes administrativos, que potencializa negativamente nossa herança cultural e está relacionado à gestão do tempo. Hoje, diante da necessidade de se cronometrar detalhadamente todas as ações, não é bem aceita dedicação de tempo para produzir memórias de atividades executadas no exercício administrativo; da mesma forma, não se aceita a “perda de tempo” para organizar as informações produzidas e acumuladas logo após sua execução. Em geral, ao final de uma tarefa ou atividade, engatamos uma próxima sem concluir aquela anterior, e assim vamos criando um passivo de informações a serem organizadas e sistematizadas para torná-las acessíveis. Como nenhuma organização dispõe de um setor de “engenharia da informação” (arquivo) como possui de TIC, em pouco tempo nos damos conta de um passivo a ser tratado e que não para de crescer. Contudo, e invariavelmente, deixámo-lo para um depois que quase nunca chega, enquanto continuamos a sobreviver com as informações de que necessitamos no presente. O produtor contenta-se com o usufruto das funções imediatas para as quais os documentos foram gerados, não cabendo, porém, pensar nas necessidades para tempos mais longos, ou para as gerações subsequentes.

Difícil cultura a ser superada

Enfim, essa herança de arquivo como um estorvo acalentou um sonho que acaba por ser alimentado quando da irrupção da tecnologia da informação como panaceia, deusa da cura para todos os males da humanidade. O arroubo imediato

pela digitalização de acervos é componente revelador dessa fase, e a chamada “lei de queima de arquivos” é a sua mais acabada expressão.

E assim, nós, os arquivistas, além de herdarmos o passivo documental que sobreviveu à sanha exterminadora dos futuristas - para quem o passado é uma carga -, agora estamos convocados a alertar aqueles com poder de decisão sobre os riscos reais de perda total da memória diante da dificuldade de preservação - em estado íntegro - das informações arquivísticas produzidas em ambiente digital. Decisões sobre a organização de arquivos são de difícil reversão.

Mas... a questão dos arquivos também é política

Sabe-se que os arquivos passam a existir a partir da geração do documento e, portanto, intepenetraram todas as estruturas administrativas de qualquer organização. E essa característica de onipresença dos documentos de arquivo os coloca em situação estratégica, tão estratégica e invisível quanto as redes de saneamento que permeabilizam água e esgoto em toda sociedade. Assim, quem teria interesse em fazer campanhas baseadas nesses produtos invisíveis ou de circulação subterrânea, que não aparecem aos olhos dos seus eleitores?

A disputa pelo controle do Estado é acirrada e assentada num jogo eleitoral, em geral despolitizado e normalmente desprovido de debates sobre temas estratégicos sérios, onde predomina o discurso do marketing voltado a questões imediatistas e de curto prazo. Questões que habitam o invisível subsolo social não possuem qualquer apelo para compor projetos de candidatos ao legislativo ou executivo. Além do mais, os envolvidos nas causas dos arquivos não possuem força mínima como grupo de lóbi qualificado.

Muitas vezes o gestor chega a se sensibilizar com a causa dos arquivos. Porém, quando percebe que, para traçar uma política a esse respeito se faz necessária uma reeducação/reorientação administrativa e inclusive uma inversão de valores (maiores que simplesmente construir depósitos), e que os benefícios acontecerão em geração futura, aí a frustração pode não ser pequena.

Não existe técnica livre da política

Os gestores não optam, necessariamente, pelos projetos tecnicamente mais eficientes, pois eles respondem a outras lógicas de natureza econômica e política. Nesse caso, entram em disputa lógicas de tempos distintas e vinculadas a interesses.

A implantação de sistema informatizado com preceitos arquivísticos pressupõe amadurecimento da política de gestão documental sistêmica na organização; pressupõe uso generalizado dos instrumentos de gestão. Ocorre que isso é muito demorado diante do tempo do gestor que busca soluções mais rápidas, com resultados visíveis, e que busca a melhora da máquina no tempo presente. A lógica arquivística se pauta, necessariamente, no longo prazo. Nessa disputa, em geral, vence o lado mais organizado, pragmático e com maior respaldo político.

Há muito se sabe que Informação é recurso estratégico; que os arquivos são a “viga mestra da informação” e também o mais eficiente suporte de produção de memórias e história de instituições e grupos sociais. Entretanto, Os gestores são seletivos e usam as informações que atendem aos seus interesses.

Conclusão

Procurei destacar, nesta crônica reflexiva, a necessidade de se articular o discurso técnico da nossa área com a permanente avaliação da política, seja no campo da macro conjuntura, seja no âmbito das micro relações de poderes internos em cada instituição. A técnica nunca se dissocia da política, pois uma não existe sem a outra. Aliás, já assisti a bons momentos de instituições arquivísticas gerenciadas por “políticos”, e outras desastrosamente dirigidas por “técnicos”; e vice-versa. Os arquivos precisam de boas políticas e bons projetos.

Precisamos pensar na articulação e mobilização da área que se traduza em ações práticas conjuntas para além dos debates. Precisamos nos unir pela causa dos arquivos e, nesse sentido, creio que vale muito a pena o esforço para estimular iniciativas como essa que surge em São Paulo da criação de uma Rede de Arquivos, da qual o AG-USP e o Arquivo Público do Estado se colocam como dois de seus membros fundadores.

Referências

¹ Associação dos Arquivistas e São Paulo (ARQ-SP): <http://arqsp.org.br/>

² A situação de “abandono” do Arquivo Nacional tem sido criticada por pesquisadores.

Ver artigo: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_09.php#inicio_artigo

³ Ver manifestação no sítio da ARQ-AP: <http://arqsp.org.br/manifestacao-da-arq-sp-e-da-anpuh-sp-dirigida-ao-prefeito-do-municipio-de-santos/>

Informe de eliminação e recolhimento de documentos

A Lista de Eliminação de Documentos 01/2018 da FFLCRP foi publicada no D.O.E de 3 de maio de 2018. Foram eliminados 5,60 metros lineares de documentos.

A Lista de Eliminação de Documentos 01/2018 do CDCC foi publicada no D.O.E de 8 de maio de 2018. Foram eliminados 0,65 metros lineares de documentos.

A Lista de Eliminação de Documentos 02/2018 do CDCC foi publicada no D.O.E de 8 de maio de 2018. Foram eliminados 0,13 metros lineares de documentos.

A Lista de Eliminação de Documentos 01/2018 da FSP/SESA foi publicada no D.O.E de 5 de junho de 2018. Foram eliminados 9,55 metros lineares de documentos.

No total foram eliminados 15,93 metros lineares de documentos.

Créditos:

Texto: Marcelo Antonio Chaves

Executivo Público do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Doutor em História Social

Diagramação: Bruno L. Teodoro